

Capítulo 1

Nos Caminhos da Imprensa: Política, Cultura e Letrados no XIX

O Período Regencial brasileiro se caracterizou por um significativo confronto de idéias e projetos políticos. As chamadas rebeliões regenciais questionavam não só o excesso de centralização política e a cobrança de inúmeros tributos instituídos pelo Rio de Janeiro, mas também a situação de miséria em que se encontrava a maioria da população, reivindicando liberdades e uma maior participação no cenário político.

Partindo da imprensa, este capítulo abordará não o seu surgimento no Brasil, mas o seu vínculo com as transformações dos espaços públicos, com a modernização política e cultural de instituições, e com o processo de construção do Estado-nação brasileiro, enfim, nos ocuparemos principalmente da década de 1840, quando surge o objeto de nossa pesquisa, a revista *Minerva Brasiliense* (1843-1845).

O período regencial, visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, permitiu-nos avançar a discussão, em torno de temas como a monarquia constitucional, o absolutismo, o republicanismo, o federalismo, a democracia, a nacionalidade, a organização do Estado, as formas de associações, etc. A existência de uma dinâmica maior da palavra pública em suas diversas possibilidades, a pluralidade de idéias e o ambiente de debate das mesmas, entretanto, levou abordagens mais conservadoras a tratá-lo como um período de desordem.¹

A abdicação de D. Pedro I provocou um enfraquecimento do Estado, e a vacância do trono foi seguida de um considerável confronto político entre as forças prescritas. Além dos embates, entre grupos² exaltados, moderados e

¹ Como exemplos seguem: ROCHA, Justiniano José da. “Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: JÚNIOR, Raimundo Magalhães (Org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, 1965. E ABREU, Capistrano de. *Fases do Segundo Império. Ensaios e Estudos*. 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.

² Pode-se dizer que não havia partido com o significado positivo, ou mesmo como o de máquina política que tomariam corpo no século XX. No período histórico aqui evidenciado, a partidarização tinha uma forte carga pejorativa e por vezes sinônimo, em geral, de facções e opiniões apaixonadas. O que se entendia por eles na primeira metade do século XIX, era mais do que “tomar partido” de alguma coisa. Constituíam formas de agrupamento em torno de líderes, e

restauradores, travados nas ruas e nas folhas da imprensa, houve as chamadas rebeliões regenciais, que como já foi dito, questionavam não só o excesso de centralização política e a cobrança de inúmeros tributos instituídos pelo Estado, mas também a situação de miséria em que se encontrava a maioria da população, reivindicando liberdades e mesmo uma maior participação no cenário político. Os questionamentos, as reivindicações, as rebeliões, enfim, a instabilidade política, moldavam as características dos novos letrados nos espaços públicos que se transformavam.

A instauração da opinião pública se deu na criação de um espaço público de crítica, onde as opiniões políticas tornavam-se notórias, destacando-se daquelas dos governos³. A expressão *opinião pública*, de acordo com Morel, é polissêmica: “Muitos a tratam como se fosse ‘coisa’, sujeito ou entidade. Mas, sobretudo, a opinião pública trata-se de palavras, que podem ser consideradas poderosos instrumentos de combate”.⁴

Situar no tempo e no espaço a trajetória desta noção propicia um conhecimento das origens da política moderna, entre nós, e sua defesa gera recursos para legitimação das práticas políticas. Sendo assim, em meados do XVIII e início do XIX, no mundo ibérico, a opinião pública convergiu para dois pontos: a constituição dos espaços públicos e a legitimidade das práticas políticas.

Levando em consideração, mais particularmente, a imprensa periódica do Rio de Janeiro e de outras partes específicas do território luso-brasileiro, alguns pontos devem ser elucidados, quanto à origem da “opinião pública” e sua relação com o processo de independência.

Primeiro, a emergência de uma opinião pública decorreu de mudanças significativas na estrutura política tanto da Península Ibérica como de seus domínios americanos, – a Revolução do Porto, em 1820, constituiu um importante divisor de águas nessas mudanças. Segundo, e decorrente da revolução, foi fundamental, certamente, o decreto feito pela Junta de Governo ainda em 1820, estabelecendo a liberdade de imprensa nos territórios da América Portuguesa..

de palavras de ordem também veiculados na imprensa, e em outros espaços associativos ou de sociabilidade, em defesa dos interesses ou motivações específicas de seus participantes.

³ Ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança na estrutura da esfera pública*. Rio de Janeiro, 1984, p. 69, quanto ao surgimento de uma esfera do social, cuja regulamentação a opinião pública disputa com o poder público.

⁴ MOREL, Marco e BARROS, Mariana de. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro, 2003, p.21.

Nesse momento é curioso perceber que houve um crescimento da imprensa, mas esta não foi acompanhada por um igual progresso da liberdade. Entretanto, a forma do espaço público mudou. Antes, um espaço marcado por formas de comunicação características do Antigo Regime – como pregões, exibição de cartazes impressos, proclamações em voz alta, entre outras – transformou-se depois em espaço onde se consolidavam os debates produzidos por uma imprensa, cada vez mais variada e não necessariamente vinculada ao poder oficial do Estado. É bom ressaltar que essa passagem não esgotou as formas “antigas” de se comunicar. A nova imprensa permanecia híbrida, marcada, simultaneamente, pelo arcaico e pelo moderno.

A polissemia da expressão “opinião pública”, esteve presente nas várias formulações apresentadas por alguns jornais. *O Conciliador do Reino Unido* de 1821, por exemplo, delineava a opinião pública como o reino da sabedoria, da prudência e da razão, contrário, portanto, à exaltação política e às transformações súbitas da ordem. Nesse sentido, a opinião pública ganhava a qualificação de um produto simbólico e abstrato, com enorme força moral e jurídica.

Outra noção, apresentada por jornais como *O Censor Brasileiro* (1828), complementava a exposição acima, revelando que por meio da educação e dos periódicos o povo seria conduzido ao conhecimento e entendimento de seus direitos e aos princípios da ordem e da moderação.⁵

O crescimento da palavra pública foi maior a partir da conjuntura da sucessão do poder monárquico por uma Regência provisória. A discussão política neste outro momento ganhava uma inflexão associada aos conflitos e rebeliões que começaram a se propagar na Corte e nas províncias. Não só ocorreu um crescimento por parte da imprensa periódica e não periódica (cartazes / manuscritos), como também deu-se a difusão de muitas das associações leigas e maçônicas existentes.

O período tratado caracterizou-se não apenas pela luta por liberdade de imprensa no âmbito jurídico, mais precisamente expresso na lei firmada em março de 1821 por D. João, que suspendeu provisoriamente a censura. Tal suspensão, entretanto, tornava-se limitada, uma vez que os impressos dos publicistas não poderiam ter incidências contra a religião, a moral e bons costumes, a

⁵ *Ibidem*, p. 28.

Constituição, a Pessoa do Soberano, ou contra a tranquilidade pública. Caso isso ocorresse os impressos seriam censurados, e em casos mais extremos, o publicista poderia vir a pagar com a própria vida.

O cerceamento da liberdade de imprensa também avançou à medida que o poder governamental assumiu uma direção autoritária. Inúmeros foram os eventos que desprestigiaram o poder do Imperador. Na Corte, o sucesso da política do Imperador levou à dissolução da própria Constituinte; nas províncias em que existia alguma imprensa, a resistência e luta foram maiores e a reação mais imediata foi de repúdio. Como exemplos, podemos lembrar os nomes de Cipriano Barata, e sua *Sentinela da Liberdade*, onde este fazia duras críticas às ações do Imperador, e de Frei Caneca, no *Typhis Pernambucano*, onde pregava a união para a defesa da independência e da liberdade, e criticava a Igreja, acusando-a de estimular a servidão e o despotismo.

A repressão subsequente aos acontecimentos em Pernambuco, impediu a continuidade de manifestações contrárias às ações do Trono. Apenas em maio de 1826 a Assembléia Geral instalou-se novamente e após isso se deu o reaparecimento da imprensa na província.

Dada à sua relação estreita com a atividade política, o desenvolvimento e crescimento da imprensa foram mais rápidos na Corte, onde aquela atividade era mais intensa, e mais lentos em outras localidades distantes da Corte.

No período de 1827 e 1830, configurou-se de maneira mais enfática a divisão política entre os liberais. No ano de 1827, precisamente em 21 de dezembro, começou a circular o jornal *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, provocando animosidades na imprensa palaciana.

A tendência da *Aurora Fluminense* era de oposição aos ministros, e de uma defesa da conservação da monarquia centralizada, mas com uma idéia clara de que o a Poder Legislativo deveria se sobressair no campo político do Império, “sem a incorporação dos princípios mais radicais da Ilustração francesa ou até mesmo do Liberalismo americano”⁶. Daí surgiam as bases moderadas lideradas pelo próprio Evaristo, por Bernardo Pereira de Vasconcelos e Diogo Feijó, entre os liberais.

Por outro lado, a organização dos exaltados também acompanhou essa ascensão moderada em meio à crise política. Desde 1826, com o abatimento no

⁶ BASILLE, Marcelo. “Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política nos primórdios do Império”. In: Revista Topoi – PPGHS, Rio de Janeiro, 2001.

governo de D. Pedro I, a abertura do Parlamento, e o revigoramento da imprensa política, os liberais exaltados defenderam a federação, restringindo o controle mais direto por parte do Trono, em troca de maior autonomia das províncias. Essas idéias e propostas foram divulgadas através de jornais como *O Republico* de Antonio Borges da Fonseca, *Tribuno do Povo* de Francisco das Chagas de Oliveira França e *A Malagueta*, de Luís Augusto May, que reaparecera em 1828.

É bom ressaltar que, na medida em que os acontecimentos da crise política se agravaram, a linguagem tanto dos moderados quanto dos exaltados também foi sendo modificada. Tal mudança na linguagem foi expressão da própria experiência, e foi a imprensa que lhe serviu de espaço de debate para as orientações políticas em pauta.

Nas palavras de Morel observou-se uma imprensa combativa às ações do monarca. Às vésperas de sua abdicação o monarca reuniu o Conselho de Estado para avaliar o quadro político. Criticava-se a não convocação da Assembléia Geral do Brasil, que colocava em xeque a falta de compromisso com o sistema constitucional, a fragilidade econômica do Império, a Guerra da Cisplatina e o assassinato do jornalista Líbero Badaró, entre outros.

O clima de insatisfações, tensões, e conspirações por parte de políticos brasileiros contra D. Pedro I, se acentuou. Enquanto isso, o Imperador isolava-se num círculo palaciano estreito e conservador.

Nesta sumária apresentação gostaríamos de ressaltar a importância da imprensa regencial e sua força de ação desde o advento da Independência política brasileira, principalmente no que tange a sua interferência na política e sua influência pela própria conjuntura à época.

Valorizamos as mediações que promove entre sociedade e Estado e os conceitos que veicula, como formas de consciência, que compõem a vida política. Nesse contexto, para o autor Walmir Silva, a imprensa, sobretudo a periódica, teve um importante meio de construção de culturas políticas específicas. “*A imprensa periódica*” – diz-nos –

“*é, pois, meio de criação de uma cultura política, da difusão de um sistema de referências que alcança estratos mais amplos da sociedade, transformando a*

*filosofia política num conjunto de conceitos compreensíveis por um contingente mais significativo da sociedade”.*⁷

O período regencial, como já foi mencionado aqui, caracterizou-se por um considerável confronto político envolvendo exaltados, moderados e restauradores, travados nas ruas e nas folhas de jornais, panfletos e pasquins.

A rua e a imprensa se configuraram como os lugares por excelência da materialização desses embates e das discussões acerca do futuro do império. Nesses espaços de caráter pedagógico, os publicistas se apresentavam para civilizar, esclarecer e converter, defendendo a opinião pública como recurso importante para legitimação de práticas políticas. Essa opinião pública girava em torno de uma comunidade restrita de letrados, ou seja, daqueles que detinham o monopólio das letras.

Certamente, os jornais e revistas com direcionamentos distintos não apresentavam o mesmo perfil de assinantes e leitores. Alguns periódicos priorizavam uma espécie de diálogo entre os membros da República das Letras e os dirigentes políticos. Mais do que a consolidação de uma camada de homens de letras tratava-se da consolidação de alianças. Por um lado, era a junção de um público ilustrado e poderoso, integrado por sábios, homens instruídos lado a lado com ricos proprietários que constituía segundo Morel, o “conjunto de cidadãos e leitores ativos”⁸. Por outro lado, havia o público considerado “passivo”, situado fora das fronteiras do território das letras e do grupo de poder. Este era considerado rude, iletrado, pobre e sem instrução. O que se formulava no horizonte de expectativas dos homens de letras era, sobretudo, a sua convicção de que estariam imersos em uma missão pedagógica: a de esclarecer para integrar grupos perigosos e ameaçadores, tornando-os assim, mais úteis à “boa sociedade”. Apesar do importante crescimento da palavra impressa nas décadas de 20 e 30 do século XIX, a sua relação com a sociedade fazia-se ainda débil, num contexto em que a alfabetização era diminuta.

⁷ SILVA, Walmir. “A imprensa e pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)”. IN: *História e Imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco e BRESSONE, Tânia Maria (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p.37-38.

⁸ Tal determinação dialoga com o campo do Direito Constitucional pelas duas categorias que formavam a base da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

Nessas décadas, a imprensa funcionou como instrumento político, de convencimento e persuasão, revelando as paixões e conflitos que preponderavam nas publicações fossem elas de cunho exaltado, moderado ou restaurador. A produção de impressos multiplicava-se como resultado da liberdade de expressão surgida com o constitucionalismo e era limitada pelo controle do Estado. O governo buscou frear a expansão dos periódicos por meio de uma legislação controladora, mas também lançou-se em atitudes mais arbitrárias como as repressões, ameaças, prisões e até mesmo as assassinatos de redatores. O debate político, em conseqüência, “esfriou”, alterando também os seus espaços públicos.

Esse arrefecimento do debate político e a aparente tranqüilidade dos ânimos, foram politicamente elaborados. Seguiram-se-lhe o fim do período regencial e a ascensão do Segundo Reinado com D. Pedro II em 1840, graças ao Golpe da Maioridade.

Essa manobra política veio como parte do que conhecemos como o regresso conservador, que teve em Bernardo Pereira de Vasconcelos seu maior expoente. Para esses regressistas, as noções de ordem e organização deveriam se impor, dando um direito especial ao governo do Estado na defesa, tanto da segurança pública quanto da particular. O Golpe da Maioridade expressaria uma tentativa de recuperação do prestígio da Coroa e, sobretudo de reforçar o princípio de sua autoridade, implicando no aumento das vantagens do poder executivo no que tange a organização política do império, em detrimento da Câmara dos Deputados e das esferas de poder provinciais. A questão da soberania nacional era posta em evidência em detrimento do significado de soberania popular defendido pelos liberais exaltados.

Podemos dizer que a valorização da soberania popular estaria contida nos ideários exaltados, compartilhados por alguns indivíduos como, proprietários rurais, profissionais liberais, militares, padres, médicos e etc. Para aqueles que se identificavam com os ideários moderados – plantadores de café, comerciantes, profissionais liberais, entre outros – a valorização era da liberdade limitada, da monarquia constitucional e da soberania nacional. Já para os que se queriam regressistas – conhecidos como caramurus – a valorização era da soberania monárquica e, sobretudo, de um Estado centralizador.

O período regencial serviu de laboratório para a experimentação de diversas significações de liberdade. Projetos de construção do Estado imperial

encaminhados pelas elites, rebeliões da plebe, insurreições negras e revoltas, por vezes consideradas “revoluções” pela “boa sociedade”, são alguns de seus desdobramentos. A liberdade carregava significações distintas que conduziam para tanto expectativas e projetos positivos, o que contribuía para a ampliação do horizonte de possibilidades que se abria desde a abdicação de D. Pedro I, como para simples atos de repúdio, temores e desconfianças.

Os desdobramentos políticos dos anos de 1830 também afetaram o desenvolvimento da imprensa, que não se deu somente na Corte, mas se estendeu a outras partes do território, principalmente àquelas províncias onde houve exacerbação das lutas políticas locais por autonomias. Esse alastramento preocupou seriamente setores das elites políticas e econômicas consolidadas na corte. A palavra decisiva, para enfrentar esses conflitos passou a ser Ordem.

Neste momento, achamos por bem elencar alguns dos periódicos surgidos tanto na Corte quanto em outras áreas, demonstrando desse modo, a forte associação entre imprensa e política. Na Corte, novas folhas continuavam a aparecer, *A Novidade* e *A Novidade Extraordinária*, de 1835, que durou até novembro, quando apareceu o efêmero *O Sapateiro Político*, são exemplos. A presença de pasquins como *O Pacote do Rio*, em 1836, *A Pepineira*, *O Progresso* em 1837, *A Rolha*, *O Popular* e *O 22 de Abril* em 1838, também pode ser percebida como vigor da imprensa na Corte.⁹

Na província de São Paulo, em 1831, circulou *A Voz Paulistana*, de Francisco Bernardino Ribeiro. Em 1832, surgiu *O Federalista*, de José Inácio Teixeira de Mota; um ano mais tarde apareceu a *Revista da Sociedade Filomática*, de um grupo de acadêmicos. Em 1835, o governo local comprou *O Paulista Oficial* e a oficina do *Farol Paulistano* como maneira de enfrentamento dos entraves políticos.

Na província do Rio Grande não foi diferente, *O Inflexível* de idéias restauradoras foi combatido pelo *Constitucional Rio-Grandense*, do redator Pedro José de Almeida e pelo *Recopilador Liberal*, do redator Magalhães Calvet, onde defenderam o federalismo.

No Pará, embora a técnica tipográfica tivesse se desenvolvido com certa lentidão, os periódicos se fizeram presentes. Jornais como o *Sagitário*, *a Opinião*

⁹ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 4ª ed, 1999.

e *O Despertador* refletiram as idéias mais conservadoras, já o *Orfeu Paraense*, o *Publicador Amazonense*, o *Paraguaçu* e a *Sentinela Maranhense da Guarita do Pará* expressaram as idéias mais liberais.

Palco também de grandes convulsões políticas a imprensa da província da Bahia desempenhou um papel de destaque. De diretrizes federalistas destacaram-se *O Pirilampo*, *O Federal pela Constituição* e *O Guia Federal*, já os impressos mais conservadores destacaram-se *O Conservador Social* e *O Militar*. No Maranhão, em 1838, foi fundado por Estevão Rafael de Carvalho *O Bentevi* de cunho liberal, e teve como seus principais opositores *O Caçador de Bentevi* e *O Despertador*.

Podemos observar na proliferação desses periódicos a forte associação entre imprensa e política. Isto nos mostra o intenso dinamismo das condutas de indivíduos e de grupos inseridos no debate e confronto políticos dos quais fizeram parte, sobretudo, suas ações, suas multiplicações de influências e persuasão, e suas mobilizações quanto à opinião pública.

Enquanto a imprensa se desenvolvia ao passo das convulsões políticas, nos anos de 1830, em diversas localidades do território do império, a palavra para enfrentá-las passou a ser Ordem. Na frente militar, o governo enfrentava como podia as rebeliões provinciais; já na frente política, os dirigentes políticos tratavam de encontrar a melhor solução para recompor o mais rapidamente possível a força e a unidade do regime, sobretudo, a manutenção da Ordem. Foi uma solução de caráter conservador, a que começou a ganhar contornos mais claros, com a ampla vitória dos regressistas e do regente Araújo Lima, nas eleições de 1838.

Contudo, o avanço regressista não foi suficiente para frear as rebeliões. Algumas das revoltas provinciais ainda continuavam. Entretanto, o Império do Brasil, com legitimidade restabelecida após 1840 e com o esforço da nova legislação, tinha agora melhores condições para impor-se e estabilizar-se. Entender o regresso como um processo de ações que fundamentaram certos mecanismos para uma centralização político-administrativa¹⁰ permite-nos

¹⁰ Como exemplos, temos: 1) a Lei Interpretativa do Ato Adicional em maio de 1840, onde reformulou o ato adicional de 1834, restringindo as atribuições das Assembléias Constituintes no âmbito político, administrativo e judiciário. Dessa forma, o governo central voltava a concentrar poder, em detrimento da descentralização estabelecida pelo Ato adicional. 2) a restauração do Conselho de Estado em novembro de 1840, como órgão de assessoria política especial do

perceber os reflexos que a imprensa receberia das condições políticas vigentes à época¹¹, sobretudo, no que se refere ao Golpe da Maioridade, responsável por uma nova fase na política do Império.¹²

Os regressistas temeram a desorganização política e enfatizaram ser necessário combater os focos de anarquia presentes nas ruas, nas localidades mais distantes da Corte, bem como nas senzalas. Eles acreditavam que a desorganização sócio-política se dava pelos excessos da liberdade, e não duvidavam que a restauração da ordem, da organização e da segurança pública e particular dependiam da autoridade do governo do Estado, isto é, da volta às condições políticas e institucionais anteriores às medidas descentralizadoras.

Por caminhos tortuosos os regressistas iam colocando fim à anarquia das ruas e dos “sertões”. Os regressistas sabiam que não bastava eliminar a anarquia, mas cabia também colocar um fim na desorganização política. No interior das ações regressistas enxergamos uma preocupação com o fortalecimento institucional. Enxergamos também, o ganho de força da idéia do restabelecimento da autoridade monárquica como solução para a crise política. Em uma esfera mais simbólica da Maioridade, os regressistas também não se furtaram de se encarregar da criação da mística da figura imperial, com suas vestimentas, solenidades públicas e hábitos como o beija-mão.

Com o tempo novo que se descortinou com a Maioridade, o conteúdo das folhas da imprensa ganhou linhas de assuntos variados, porém de uma variedade que instruisse e moralizasse o cidadão brasileiro. Os homens de letras, desse novo tempo, que agiram por meio da imprensa, foram altamente compromissados com aquilo que muitos denominaram de nobre missão: a promoção do avanço da civilização no país. Além de informar seus leitores, os homens de letras procuravam formar leitores que fossem capazes de colaborar para a nação. Os

imperador, sobretudo, para o uso das prerrogativas do Poder Moderador. 3) a reconstrução do Código do Processo Criminal em dezembro de 1841, onde reformulou a estrutura judiciária dos juizes de paz, eleitos, e transferindo suas atribuições mais importantes para juizes e tribunais subordinados ao Poder Judiciário central.

¹¹ Para dados numéricos quanto à circulação e à duração dos periódicos no decênio de 1831 – 1840 ver: IPANEMA, Marcelo e IPANEMA, Cybele. *Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública*. Revista do IHGB. Vol. 307. Ano 1975.

¹² De acordo com Ilmar de Mattos, para os brasileiros que viviam no momento da Maioridade, “o acontecimento da Maioridade não deixava de preencher de maneira exemplar sua função: em si mesmo, como todo e qualquer acontecimento, ele não é criador de uma mudança; como idéia de acontecimento, todavia, ele se constituía em revelador e acelerador, sua ação sendo o de concatenador de certo número de mudanças que se apresentavam isoladas uma das outras”. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 92-93.

letrados à época se dedicaram a uma enorme gama de temáticas, enveredaram por assuntos como literatura nacional, economia política, escravatura, ciências naturais, entre outros. Sendo assim, o intuito do letrado foi de instruir seu leitor no maior número possível de assuntos que engrandecesse o “espírito”, conduzindo, dessa maneira, a nação ao progresso e à civilização.

Esse tempo novo indicava também um deslocamento de uma imprensa mais política presente nos tempos regenciais, para uma imprensa, digamos, mais literária. Nos tempos dos papéis incendiários de Cipriano Barata, Ezequiel Corrêa dos Santos e Borges da Fonseca parecia não ter espaço para assuntos mais especializados, como Literatura, Teatro, Economia, Astronomia, Ciências, História e Belas Artes. Os tempos eram outros, no final da década de 1830 e, sobretudo, no pós-1840, a nova relação da imprensa passou a ser com a literatura.

Antes de observarmos essa relação, e dar maior ênfase no principal *corpus* do objeto de minha análise – a revista *Minerva Brasiliense* – é necessário colocar em destaque uma suspeição. Suspeição essa, que gira em torno de um possível legado de alguns periódicos que antecederam a *Minerva Brasiliense*, tendo nele (no legado) as bases genealógicas do próprio surgimento de nossa revista em destaque. Isso nos leva, porém, a apresentação de algumas publicações, devidamente selecionadas, que antecederam a *Minerva Brasiliense*, sem fazer, é claro, um estudo detalhado de cada uma delas. Esse encaminhamento, talvez, permita ligar esse possível legado aos esforços daqueles homens que se empenharam na construção de um pensamento crítico literário em meados do século XIX.

De modo a iniciar a trajetória desses periódicos começaremos pelo *Varietades ou Ensaio de Literatura* que teve vida efêmera, somente com dois números, no início de fevereiro e nos fins de julho de 1812. De acordo com Werneck Sodré, este periódico propôs divulgar discursos políticos, extratos de história antiga e moderna, viagens, trechos de autores clássicos, anedotas, etc.¹³ De maior importância, saiu da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1813 e 1814, *O Patriota*. Ele iniciou um direcionamento mais cultural, publicando líras inéditas de Tomás Antônio Gonzaga e sonetos de Cláudio Manuel da Costa, não apenas, abrindo caminho às publicações políticas e

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 4ª ed, 1999. p. 30.

científico-literárias. No que tange as bases genealógicas da qual imaginamos existir cabe salientar a presença de dois colaboradores de *O Patriota*, Manuel Inácio da Silva Alvarenga¹⁴ e Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá, pois ao analisar a formação da literatura brasileira, Hélio Lopes elucidou a relação entre o autor – Silva Alvarenga – e nossa imaginação:

“Foi Silva Alvarenga senão o fator principal e primeiro, ao menos um estímulo forte para se implantar, na geração dos pregadores do início do século [XIX], a influência dos oradores sacros franceses do tempo de Luís XIV. Isto é, restituiu a doutrina do discurso de linhas clássicas casado a uma linguagem de acentuados tons românticos”.¹⁵

A importância de Silva Alvarenga, no entanto, ressoou nas palavras de um dos escritores da *Minerva Brasiliense*, Joaquim Norberto de Souza. Norberto de Souza reconheceu a qualidade que Silva Alvarenga trouxe às letras. Em *“Considerações gerais sobre a literatura brasileira”* assinalou: *“(...) [Alvarenga] começou por soltar brado contra os seus compatriotas que tão pouco se mostravam nacionais em suas produções”*.¹⁶ Norberto de Souza também mencionou outros nomes de letrados que contribuíram, a seu ver, para o caráter reformador das letras, bem como o patriotismo brasileiro nas mesmas. Vejamos:

“Não temos castelos feudais (...). Possuímos igualmente a nossa idade média, cujos testemunhos são esses rochedos ensangüentados, essas areias rociadas de sangue com a luta dos holandeses, (...) esses padres que, precedidos do estandarte do cristianismo, se embrenhavam pelos bosques (...) esses paulistas com a sua cavalaria errante, que do Taubaté partiram em busca das minas de ouro. (...) Época cheia de painéis brilhantes que pertencem ao domínio da poesia e dos quais tão-somente a poesia pode tirar toda a vantagem. Do meio porém dessas esperanças rebenta a celeuma do ceticismo, e do meio da celeuma o ceticismo surge a voz do autor dos ‘Suspiros poéticos e saudades’, (...) dando o sinal para a reforma, se constituiu chefe de uma revolução toda literária. (...) [depois de Alvarenga] então Cláudio Manuel da Costa se inspirava das cenas da natureza e

¹⁴ “Nasceu em Vila Rica, capitania de Minas Gerais, provavelmente em 1749, pois interrogado em 1795, na Devassa, declarou 46 anos de idade. Foi para o Rio de Janeiro completar os estudos de humanidades, e possivelmente em 1771 seguiu para a Europa, matriculando-se em Coimbra. Escreveu poemas e poesias. Erudito e sensível, patriota e ilustrado, serviu de ponte entre os escritores coloniais e os que participaram do movimento da Independência. Além de poemas e poesias, publicou dois livros”. In: CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*: Rio de Janeiro. Editora Itatiaia, 9ª Ed, 2000. Vol.1

¹⁵ LOPES, Hélio. *A divisão de águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. p. 10.

¹⁶ *Minerva Brasiliense*, 15 de maio de 1844.

*cantava 'A fundação de Vila Rica (...) Basílio da Gama e Santa Rita Durão, por ventura mais vigorosos, mais cheios de entusiasmo patriótico, abriam exemplo, com publicação de seus imortais e sublimes poemas, ricos de pinturas e episódios verdadeiramente brasileiros; (...) após eles São Carlos e Caldas empunham a lira do cristianismo; (...) mais tarde José Bonifácio, Natividade Saldanha, Evaristo e tantos outros ilustres poetas celebram com seus hinos o triunfo da liberdade nacional".*¹⁷

Outro periódico contribuinte para as bases genealógicas da revista *Minerva Brasiliense* foi a *Revista da Sociedade Filomática*. A *Revista da Sociedade Filomática*, criada em junho de 1833, com suas 198 páginas integradas em seis números, “ofereceu matéria suficiente, para indagar acerca das preocupações mais flagrantes e do sentido das mesmas num momento em que o Brasil buscava auto-afirmar-se”.¹⁸ A revista permitiu avaliar a importância dos desígnios alimentados pelos jovens escritores em encontrar as respostas a algumas questões que se faziam presentes à época, como exemplo, a expressão do sentimento nacional em nossas letras. A revista serviu como espaço difusor da promoção do avanço literário que a nova nação estava a exigir. Os letrados da revista pretenderam um equilíbrio difícil, pois a tentativa de estabelecê-lo entre as duas frentes – a imprensa e a literatura – foi impedida por momentos políticos de decisões radicais. A imprensa ainda estava voltada para uma causa mais política do que literária. Por outro lado, a importância de resgatar os jovens acadêmicos da *Revista Filomática*, se dá quando eles nos dizem a respeito do que seria literatura: uma “expressão colorida do pensamento da época”, e isto lhes parece básico e suficiente para conquistarem o acordo perfeito entre a renovação exigida pelo tempo e o apego aos princípios da natureza.¹⁹ Contudo, nesta expressão, incluiu-se a nova forma nascente da época, porém a lembrança dos clássicos²⁰, sobretudo a representação do Arcadismo na poesia, denotou ainda uma ligação aos velhos processos nesse momento formador do Romantismo brasileiro.

A atuação na *Revista da Sociedade Filomática* foi diminuta, pois por falta de estímulo a revista sucumbiu em dezembro do mesmo ano de seu surgimento.

¹⁷ Idem.

¹⁸ COELHO, Odette Penha. *A expressão do sentimento nacional na Revista da Sociedade Filomática*. Rev. Let, São Paulo, 20:21-31, 1980.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/letras/article/viewFile/313/227>

¹⁹ LOPES, Hélio. *A divisão de águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. p. 16.

²⁰ Os letrados da revista evocaram os nomes de Camões e Pedro Antonio Correia Garção.

As observações a respeito do estado geral da Literatura, naqueles anos regenciais, foram esparsas e pueris.

Anos mais tarde, em 1836 foi fundada a *Revista Niterói*, redigida em Paris por um grupo de jovens brasileiros – Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco Sales Torres Homem – desejosos de transmitir à vida intelectual do Brasil o influxo renovador do romantismo europeu. No mesmo ano de 1836, a dissolução do grupo de Paris foi feita na esperança de continuar no Brasil o que havia começado no estrangeiro. No segundo e último número da revista podemos observar tal expectativa.

*“Esperamos, contudo, que no seio do nosso país, reunidos, se nada houver que se oponha ao nosso ardente desejo de vermos o nosso país marchar na estrada da civilização e do progresso, que parece hoje obstruída, continuaremos a sacrificar os nossos estudos em proveito do país, sem esperança de outra recompensa que a satisfação de havermos lançado uma pedra para o edifício da ilustração”.*²¹

A revista também guardava dois fatores que realçaram seu valor e prestígio. Além do selo francês, os olhos estavam na Europa e as mentes demonstravam empenho na construção de algo nacional. Outro fator foi a própria representação que Araújo Porto-Alegre, Gonçalves de Magalhães e Torres Homem tiveram diante a pátria por estarem agremiados ao mais renomado centro intelectual da Europa, o Instituto Histórico da França. Esta representação e prestígio criaram certos alicerces sociais e políticos para os letrados na volta ao Brasil. Os propósitos desses letrados foram úteis à pátria e combativos ao “desnívelamento cultural” entre a nova nação emergente e as velhas nações européias. Vejamos:

“O amor do país, o desejo de ser útil aos concidadãos determinaram os autores à empresa de fundar a revista. A necessidade de uma obra periódica que fizesse os concidadãos refletir sobre objetos do bem comum e da glória da pátria. Tal é o fim a que se propõem os autores desta revista, reunindo todas as suas forças para apresentar m um limitado espaço de considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do brasileiro amigo da glória nacional (...). As ciências, a literatura nacional e as artes vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a

²¹ *Niterói – Revista Brasiliense*, Paris, Dauvin et Fontaine, 1836, t. I, n, 1, pp. 5-6. IN: CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira. Origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Edusp, 1999. (vol. 1)

*simpatia geral para tudo que é justo, santo, belo e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto de grandeza que a Providência lhe destina”.*²²

Dos três criadores da revista, Gonçalves de Magalhães veio a assumir a importância de chefe do movimento renovador. Porto Alegre à época inclinou mais para o campo das artes plásticas. Torres Homem, mais aplicado à economia e à política se deslocou das belas para outras letras. Sendo assim, Gonçalves de Magalhães assumiu o posto de fundador do Romantismo no Brasil, e com isso, a revista *Niterói* coloca em evidência a nossa suspeição de que existe uma genealogia de periódicos. Contudo, é importante alertar que a condução de algumas pautas dentro da revista, como a expressão do sentimento nacional em nossas letras, presente também nos periódicos *O Patriota* e *Revista da Sociedade Filomática*, se abriu com outras possibilidades devido às experiências vividas daqueles que a criaram. Essas experiências permitiram aos letrados da *Niterói* enxergar uma pauta tão cara à época – a nacionalização da literatura – por outro prisma cultural.

Outros aspectos configuraram a reforma ambicionada pelos letrados da revista: a poesia das impressões pessoais, a poesia da imaginação com o predomínio do lúdico sobre o racional, a poesia cristã contra as ficções mitológicas – houve, aqui, um intuito de cimentar a tradição Greco-romana –, a poesia da fuga, dos devaneios, do amor, da saudade, a poesia patriótica, enfim, a procura das tradições nacionais em detrimento do universalismo clássico. A conjugação da *Revista Niterói* com o livro *Suspiros poéticos e saudades* de Gonçalves de Magalhães sem dúvida abriu um marco no desenvolvimento da poesia nacional, bem dizendo, da literatura nacional.

O Cronista, fundado por Justiniano José da Rocha em 1836, perdurou até 1839. É importante assinalar a contemporaneidade do jornal com a *Niterói*. De acordo com Hélio Lopes, Justiniano em seu jornal “*ilustrou o gosto do público nas manifestações do Romantismo nascente*”.²³ Doutrinar, publicar, ilustrar indicavam certa habilidade e competência de Justiniano no arvorar-se de uma crítica literária, sobretudo ao escrever suas impressões políticas. *O Cronista*, e

²² *Niterói – revista brasiliense*, nº 1, 1836. Apud. Hélio Lopes. *Op. Cit.*

²³ LOPES, Hélio. *A divisão de águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. p. 25.

outros jornais, assim como *O Atlante* e *O Brasil* serviram como laboratório, para anos mais tarde o tornar uma das peças fundamentais na experiência do Império do Brasil.

No ano em que findou *O Cronista*, surgiu a *Revista Nacional e Estrangeira*. Josino do Nascimento Silva, Pedro de Alcântara Bellegarde e João Manuel Pereira da Silva dirigiam o periódico. Mais precisamente a revista apareceu em maio de 1839 e terminou em outubro de 1840. A revista não manifestou somente assuntos de cunho literário, antes predominou com matérias científicas em artigos traduzidos de revistas européias. Josino também foi contribuinte do *O Cronista* e João Manuel da *Niterói*. Dos três diretores, Pereira da Silva teve um destaque maior nos assuntos literários. Por mais que as expectativas fossem muitas, a *Revista Nacional e Estrangeira* não logrou melhor sorte que as suas congêneres. Porém, contribuiu em larga escala para aquilo que vimos chamando de genealogia dos periódicos.

Gostaríamos de ressaltar que a nossa intenção de apresentar esses periódicos, não foi estabelecer uma idéia evolutiva dos mesmos, ou seja, estabelecer um sentido de sucessão, e muito menos referir que o surgimento de um determinado periódico foi o de preenchimento de lacunas ou suprimento de “deficiências” de outro. O intuito, aqui, é estabelecer alicerces para um periódico que desponta agora, a *Minerva Brasiliense*, nosso principal objeto de análise neste trabalho. A trajetória de alguns periódicos, aqui selecionados, permitiu deslocar o entendimento da *Minerva Brasiliense* não só como herdeira direta do programa proposto pelo grupo de Paris, mas também de outros periódicos que a antecederam. Embora convirjam em algumas questões, a *Niterói* e a *Minerva Brasiliense*, têm particularidades e programas bem definidos, tornando-as assim, não estritamente contínuas. Esse deslocamento se deu pelo fato de que os esforços daqueles que escreveram nos periódicos que antecederam a revista, criaram toda uma tradição, um amálgama de saberes e idéias que geraram discussões futuras em torno de assuntos diversos – seja de cunho científico, político, econômico ou literário.

Nos anos seguintes, pós-Golpe da Maioridade a relação entre imprensa e literatura tornou-se mais simbiótica. Com o despontar de um tempo novo, onde o governo imperial tinha, agora, melhores condições para se impor e se estabilizar, a

busca por elementos que caracterizassem a identidade nacional se fez presente. Para tanto, esta pauta foi bastante cara ao movimento romântico brasileiro.

No Romantismo, a literatura brasileira ganhou mais espaço e público, o letrado brasileiro foi valorizado e apreciado. O apreço foi uma de suas reivindicações, e somado a isso, o ganho de prestígio e a união a outros letrados prestigiados fizeram com que a contribuição de certos escritores fosse decisiva na tal busca da identidade nacional. Nos periódicos predecessores houve uma conjugação embrionária entre ciência e política, literatura e civilização. Esta conjugação se deu com maior força na *Minerva Brasiliense*. Os jornais e revistas estavam cada vez mais presentes na vida cotidiana das pessoas letradas. Estima-se que, na década de 1840 a margem era de cinco mil exemplares vendidos anualmente; até a década de 1860, houve um salto para vinte mil exemplares vendidos.²⁴ As idéias circulavam dentro dessa comunidade letrada. E como veículo de idéias e debates a revista *Minerva Brasiliense* não foi exceção.

Faz-se necessário, então, entrar no mundo da revista.

A revista *Minerva Brasiliense* denominou-se como jornal de ciências, letras e artes, publicado por uma associação de literatos com o seu primeiro número datado de 1º de novembro de 1843, pela tipografia de J.E.S Cabral, com oficina na Rua do Hospício, n.º 66, no Rio de Janeiro.

A *Minerva Brasiliense* foi bimensal, saía no dia 1º e no dia 15 de cada mês, comportando três volumes de doze números cada. Cada número continha em média 32 páginas. A sua coleção completa totalizou 31 números. Seu Preço foi: na Corte e a Cidade de Niterói de 8\$000 rs por ano; 4\$500 por semestre; e 2\$500 por trimestre. Nas províncias e países estrangeiros só se recebiam assinaturas anuais a 10\$000 rs. O número avulso custava 640 rs. Vendia-se nas casas dos Srs. Francisco de Paula Brito, Passos, Souza & Comp, J. E. S. Cabral, Agostinho de Freitas Guimarães e Crémière. Na cidade de Niterói, vendia-se na casa do Sr. M Gaspar de Siqueira Rego. O alcance da revista também se deu em outras províncias, como: da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Maranhão, do Pará, de Santos, sobretudo, no estrangeiro, nas cidades de Coimbra, Porto e Lisboa em Portugal.

²⁴ Conferir dados em MOREL, Marco e BARROS, Mariana de. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro, 2003, p.54.

Seu fundador e primeiro redator-chefe foi Francisco de Sales Torres Homem. Ativo politicamente Torres Homem vinha de lutas políticas em *O Maiorista* (1841-1842), tendo como adversário Justiniano José da Rocha que o combatia pelas colunas do jornal *O Brasil*. Seu cargo de redator durou só até o primeiro ano da revista, devido a sua carreira política. Sendo assim, seu responsável passou a ser Santiago Nunes Ribeiro. Apresentaram características diferentes, Torres Homem dedicou-se mais às seções de ciência, economia e noticiário, enquanto Nunes Ribeiro circulou mais no campo da literatura.

Um excelente êxito da revista foi na agregação de colaboradores, e de nomes de maior referência no campo das ciências – astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física, geografia, história e literatura. A revista não continha o recurso ilustrativo, só aparecendo uma estampa de dois beija-flores que fizeram parte do artigo do Emílio Joaquim da Silva Maia, sobre o ramo da zoologia que tinha as aves como objetos de estudo, a Ornitologia e a Ornitologia brasileira. Apresentou também um desenho da igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em fase de construção, em um artigo de Araújo Porto Alegre, datado de 15 de dezembro de 1844.

O artigo que abriu a revista, de autoria de Torres Homem, intitulado “*Progresso do século atual*”, pode ser tomado como uma espécie de manifesto-programa do periódico. Nele, o autor discorreu sobre o avanço alcançado em diversos ramos do saber humano, nas primeiras décadas do século XIX. Os assuntos passaram pela história natural, da medicina, da química e da física, da política e da moral, da filosofia, do cristianismo e das letras. Uma análise mais minuciosa deste artigo será feita mais a frente neste trabalho. Torres Homem se conscientizou de seu tempo, de sua história, e quis despertar em seus compatriotas essa tomada de consciência como forma de responsabilidade em suas ações. Isto, para ele, facilitaria a trajetória das futuras gerações. O tomar para si o labor, o esforço intelectual em comunidade com seus compatriotas seria para Torres Homem, a garantia de um futuro melhor.

Torres Homem não ficou sem retorno no seu apelo para um esforço mútuo. Na área das ciências, destacou-se Francisco Freire Alemão, Pedro de Alcântara Bellegarde, Candido de Azevedo Coutinho, mas, sobretudo, Emílio Joaquim da Silva Maia, o mais constante cientista colaborador. Esses letrados escreveram

ensaios sobre astronomia, medicina, química, geologia, física, zoologia e botânica.

Os pilares, porém, da revista foram sem sombra de dúvida aqueles mais dedicados às letras. Os campos da ficção e da poesia não eram o universo onde Torres Homem transitava. O grupo que criou a revista paradigmática de Paris, em 1836, estava presente na *Minerva Brasiliense*. Magalhães mesmo com uma colaboração pequena não deixou de contribuir com seus escritos. Porto Alegre passeando sempre pelos mais diversos assuntos, deu “*um colorido pensamento da época*” nos campos da pintura, teatro e arquitetura. A colaboração literária veio de novos nomes, de jovens letrados e atuantes, como: Carlos Emílio Adet, Santiago Nunes Ribeiro, Luís Antonio Burgain, Joaquim Norberto de Souza Silva, Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, Antonio Francisco Dutra e Melo e Joaquim Manuel de Macedo.

A revista apresentou uma disposição de matérias, onde abriu com a seção de Ensaio, em que as subdivisões eram Literatura, Religião, Jornalismo, Artes Plásticas e Filosofia, seguida da seção Noticiário, com as subdivisões de Notícias e Resenha; da seção de Poesia, com as subdivisões de Épica, Lírica, Didática, Herói-Cômica e Dramática; e da seção de Ciência, com Medicina, Química, Física, Fauna, Estatística, Geografia, Astronomia, Economia. Constaram também na revista a seção de Narrativa de Viagens e a de Humor. A seção de Ficção foi subdividida em Novela, Conto e Romance. Notas de caráter científico e histórico também se apresentaram na revista. As notas geralmente vinham de revistas estrangeiras, principalmente as inglesas e francesas. No campo das Ciências Naturais, a Medicina e a Mineralogia ganharam certo destaque.

Convém lembrar que a *Minerva Brasiliense* foi o primeiro jornal literário-científico surgido depois da Maioridade de D. Pedro II, momento em que a imprensa sofreu os reflexos das novas condições políticas vigentes. Isso vem corroborar para a crescente conjugação entre imprensa e literatura, de que vimos falando, e restabelecendo uma nova relação entre cultura e política. Cabe ressaltar, também, como fator dessa conjugação e relação, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, no Rio de Janeiro. Pois, para Manoel Salgado, àqueles que pertenceram ao IHGB, os mais notáveis e “ilustres” homens da época, cabia a “*tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma*

história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação”.²⁵

Em contraposição, a instrumentalidade histórica permitia àqueles letrados, ao se lançarem na tarefa de escrever uma história nacional, encaminhar um futuro. É importante salientar que os letrados que empreenderam o movimento intelectual de 1836, também atuaram de forma central no futuro IHGB, Araújo Porto Alegre, Magalhães e Torres Homem.²⁶

Retornando a revista, em seu segundo ano (novembro de 1844) a redação passou a ser de responsabilidade de Santiago Nunes Ribeiro. Como redator-chefe um novo levantamento foi feito da situação sócio-cultural do mundo e do Brasil. Pontos como, o decrescimento da fé religiosa, os caminhos da filosofia, as ciências tornando-se mais especializadas, o renascimento pelo gosto literário.

Diante desta guinada, Nunes Ribeiro imprimiu um novo rumo à revista e expôs seu projeto:

“Importa, sim, tratar das mudanças que a experiência própria e a sabedoria de alguns de nossos amigos nos tem aconselhado, bem como de outras espécies em que é do nosso dever tocar. Até o presente, neste como em outros países, o máximo número de leitores era o do homens de letras, estudiosos, e as pessoas que sem o serem de profissão, haviam recebido uma educação literária. Hoje, porém, além destas que o têm em maior grau, o gosto pela leitura se acha na parte sã de todas as classes, e singularmente nas duas mais úteis ao Estado, a dos negociantes e fazendeiros (...). Para estes, bem como para outros muitos leitores, a instrução deve ser mais recreativa que científica na forma, porque não lêem, como os homens de profissão, para entender o que há de geral e abstrato, isto é, de filosófico nas ciências, ou nas particularidades, aquilo que por ser técnico só interessa a quem estuda a ciência, ou exerce a arte. Isto posto e sabido que o nosso fim é dar instrução sólida, substancial e divertida, os nossos leitores podem contar com artigos mais variados e recreativos que os da Minerva do ano findo, sem que, tanto se nivele com alguns Magazines, ou armazéns de notícias e descrições minimamente superficiais e populares”.²⁷

Nessa projeção de Nunes Ribeiro percebe-se uma intenção de ampliação do número de leitores fora do ambiente urbano; a vontade de penetrar nos meios rurais e levar para este público novos conhecimentos gerais numa linguagem que lhe seja mais acessível. Residiu nessa projeção de Nunes Ribeiro um intuito de expandir os saberes, de fazer circular as idéias, de vulgarizar o conhecimento para

²⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: O IHGB e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, nº 1, 1988, p. 5-27.

²⁶ Ibidem.

²⁷ *Minerva Brasiliense*. 15 de novembro de 1844

dentro do território limitado do Império do Brasil. Mais do que fazer circular as idéias, o que deve também se levar em consideração nesse movimento de Nunes Ribeiro, foi o seu esforço de criação de algo que refletisse na criação de uma identidade nacional. O ideário romântico reforçou o papel desse esforço de criação do letrado. O letrado deveria criar e ser original ao mesmo tempo. Nesse caminho, em nossa experiência histórica delimitada neste trabalho, o letrado tinha por missão, construir um mundo americano, dando-lhe uma singularidade, uma particularidade. A originalidade desse movimento de Nunes Ribeiro foi no reforço e na associação de saberes “*mais variados e recreativos*” com “*as classes mais úteis ao Estado*”. Por mais que a instrução para esta parte “*mais sã*” da sociedade, no processo de constituição da Nação brasileira em meados do século XIX, ainda fosse mais recreativa do que científica, a reflexão sobre vários temas contribuiria para um padrão civilizacional que deveria ser seguido. A simbiose entre cultura e política parecia estar projetada no horizonte de Nunes Ribeiro.

Ao iniciar o seu segundo ano de publicação a revista passou a ser impressa na Tipografia Austral, beco de Bragança, 15. Esse foi o momento em que a *Minerva Brasiliense* realizou a publicação de obras. A revista foi pioneira nesse setor. Dos trinta e um números divididos em três volumes, os dois primeiros volumes comportaram 12 números cada, enquanto que o último, sete, sendo números ímpares até o 11 (1, 3, 5, 7, 9 e 11, fechando com o número 12). Esses intervalos deveram-se a *Biblioteca Brasílica*, que se caracterizou como publicação de obras raras, cujos temas tratassem do Brasil e com uma finalidade espelhada na epígrafe da coleção: “*Après avoir nivelé les droits, il faut niveller, autant que possible, les intelligences*”.²⁸

A primeira obra publicada na “Biblioteca” foi o poema *Uruguai* de José Basílio da Gama. Dentre outras, teve *O Morgado*, um conto de Hoffmann e as *Cartas Chilenas* de Tomás Antonio Gonzaga. As obras veiculadas sofreram uma crítica feita por Nunes Ribeiro, pois pelo seu difícil acesso e com um alto custo de impressão, os leitores da *Minerva Brasiliense* teriam que pagar uma assinatura por fora, caso desejassem adquiri-las.²⁹

²⁸ “Depois de ter nivelado os direitos, é necessário nivelar, tanto quanto possível, as inteligências”. In: LOPES, Hélio. *Op. cit.*

²⁹ LOPES, Hélio. *Op. cit.* p. 37-39.

Com intuito de enfatizar a relevância dos propósitos da revista, até então explicitados aqui, faz-se necessário mostrar o corpo de letrados da revista. As próximas linhas não serão direcionadas a todos os colaboradores da revista, mas sim àqueles que contribuíram de modo mais destacado à pauta da crítica literária. Tema que será abordado no próximo capítulo. Os propósitos e projetos se tornarão ainda mais claros no segundo capítulo ao relacionarmos literatura, identidade nacional e Romantismo. Cabe mostrar no próximo capítulo como a literatura simbolizou a autonomia cultural brasileira; a busca dessa autonomia é um tema bastante caro para uma parte dos letrados da *Minerva Brasiliense*. É preciso também mostrar como a literatura teve um compromisso com a constituição de uma identidade nacional, isso vem à tona com o debate trazido pelo Romantismo. Essas relações se tornarão mais elucidativas ao apontarmos os artigos selecionados da revista.

O processo histórico de construção do Estado e da Nação no Brasil tem demonstrado bastante vigor nos trabalhos e debates promovidos pelos profissionais da História em torno dos elementos que caracterizam a busca de asserção de uma identidade nacional no pós-Independência do Brasil.

No que se refere à nação, a historiografia recente tem dado ênfase no seu caráter imaginado e moderno, redefinindo, de certo modo, a forma de compreender a emergência dos estados nacionais e de uma identidade similar, diferenciada daquelas concepções tradicionais.³⁰ Para Benedict Anderson, um desses representantes, a nação é uma “*comunidade política imaginada*”, para qual se deslocaria à lealdade de seus membros. Embora não seja a única comunidade política imaginada, a nação tem sua especialidade. Ela é um *constructo* da imaginação, concebida, ao mesmo tempo, como “soberana e limitada” e exigem forte compromissos daqueles que dela fazem parte.³¹ Dessa maneira, a nação como *constructo* passaria pela mobilização de um imaginário criado a partir de signos, representações simbólicas que forneceriam uma base para sua legitimação. Neste processo de construção da nação, a atuação de grupos de letrados nos espaços de sociabilidade em que as representações são criadas, expressas, transmitidas e negociadas, torna-se fator central.

³⁰ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³¹ PAMPLONA, Marco. *Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na argentina e no Brasil*. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n.º 32, 2003.

Os letrados foram atores importantes na construção da nação brasileira em meados do século XIX. Eles desempenharam um papel decisivo não somente no campo das idéias, da arte, da literatura, ou seja, nas áreas conhecidas como culturais, mas também desempenharam habilidades no campo da política. Cabe aqui ressaltar que, desses homens letrados, os que aparentaram ter mais habilidade e destreza necessárias para a promoção do nacionalismo e de uma determinada cultura foram aqueles que se fizeram professores, instrutores, jornalistas e membros das profissões liberais, possivelmente, até mais do que aqueles que se enquadraram como escritores criativos e os filósofos. A agremiação desse grupo de letrados hábeis aproxima-se da idéia de uma *intelligentsia*³² letrada.

A concepção de homem letrado vigente no século XIX era como um *apóstolo secular, educador do povo ou da nação*.³³ O protótipo de homem das letras se forjou na cultura da Ilustração, proporcionando aos letrados, aqui no mundo americano, uma imagem ou uma consciência de seu papel social. Essa representação de homem das letras como o apóstolo; como o guia que honra seu país com suas obras e com seu esforço intelectual, se cristalizou muito prematuramente.

Outro eixo interpretativo para apreender o papel dos letrados foi o desenvolvido pelo uruguaio Angel Rama, em seu livro *A cidade das letras*. O autor concentrou seus estudos sobre a história latino-americana a partir do período colonial procurando desvendar seus significados simbólicos em meio às especificidades literárias, estéticas e culturais. Sua tese central circulou pela idéia de que as elites letradas, desde a fundação do regime colonial até a maior parte do século XIX, formaram parte do sistema de poder. Vejamos nas palavras de Rama no que compunha essa cidade letrada:

“(...) uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder e compunham o que Georg Friederici viu como um país modelo de funcionalismo e de burocracia”.³⁴

³² ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

³³ ALTAMIRANO, Carlos. *Introducción general*. In: ALTAMIRANO, Carlos (Director). *Historia de los intelectuales en America Latina*. Katz Editores, 1ª Ed., Buenos Aires, 2008. (Vol. I) p. 16.

³⁴ RAMA, Angel. “A cidade letrada”. In: RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 43.

Dentro desse sistema a função dos homens de letras *que compunham o anel protetor do poder*³⁵ era produzir discursos legitimadores da ordem social, incluída também, uma definição de cultura legítima. Rama também registrou que a imprensa, a docência e a diplomacia causaram mutações sensíveis na experiência da vida social e política dos países latino-americanos no século XIX.

Cabe agora, mostrar quem compunha o corpo de letrados da revista *Minerva Brasiliense*: Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Manuel de Macedo e Santiago Nunes Ribeiro.

O seu redator-chefe Francisco de Sales Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro em 1812. Estudou medicina no Rio de Janeiro e direito em Paris, onde esteve no período de 1833 a 1837. Incentivado por Evaristo da Veiga, um dos chefes mais expressivos do liberalismo moderado, filiou-se à Sociedade Defensora e passou a prestar colaboração na *Aurora Fluminense*, jornal de propriedade de Evaristo. Na mesma ocasião dos estudos em Paris, integrou-se ao movimento que fundou a revista *Niterói*, ao lado de Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Pereira da Silva e Cândido Azeredo Coutinho. No entanto, sua ligação com a literatura seria episódica, apesar de ter integrado a direção da *Minerva Brasiliense*. Homem de imprensa, orador brilhante e financista de reconhecida competência, cumpriu itinerário político acidentado. Militou pelas causas liberais. Foi deportado para Lisboa em 1842, por ter participado das insurreições de São Paulo e Minas Gerais. Anistiado dois anos depois, elegeu-se deputado.

Inspirado na queda do gabinete liberal de 1848, sob o pseudônimo de *Timandro*, escreveu o *Libelo do Povo*, panfleto virulento que se constituiu numa das posições mais avançadas do liberalismo da sua geração. Arrependido, aproximou-se da Coroa. Passou a levantar a concórdia entre os partidos pela imprensa. Apoiou abertamente a *política da conciliação* de Honório Hermeto Carneiro Leão, que o convidou para a diretoria do Tesouro Nacional. Aliou-se aos conservadores e, sob sua proteção, voltou a tomar assento na Assembléia Geral. Foi sócio do IHGB e do Instituto Histórico de Paris, em 1872 foi nobilitado com o título de visconde de Inhomirim. Faleceu em Paris em junho de 1876.

³⁵ Ibidem.

Manuel de Araújo Porto Alegre nasceu em 1806 em São José do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, filho de Francisco José de Araújo e Francisca Antonia Viana. Mais tarde, juntaria ao seu nome o nome da capital de sua província, Porto Alegre. Em 1826 veio para o rio de Janeiro estudar pintura com Debret, cursando também a Escola Militar e aulas de anatomia do Curso Médico, além de Filosofia. Em 1831 seguiu para Europa – França e Itália – onde estudou, escreveu e pintou até 1837. De volta ao Rio, em 1840, desenvolveu intensa atividade artística, educacional, administrativa e literária, como pintor oficial. Em 1854, nomeado pelo imperador para diretor da academia, procurou realizar uma reforma do currículo que conciliasse o ensino técnico predominante com orientação mais artística, a fim de propagar o gosto pelas artes no Brasil e de incentivar o surgimento de uma iconografia oficial que, ao definir marcos históricos e heróis nacionais, contribuísse para dar uma identidade à nação.

Participou do IHGB e foi membro correspondente do Instituto Histórico de Paris, da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Arcádia de Roma, recebendo em 1874, o título de barão de Santo Ângelo. Foi diplomata em Portugal no ano de 1859.

Porto Alegre pertenceu à primeira geração romântica e atuou na imprensa da época, que buscava despertar um caráter próprio na literatura brasileira por meio da inspiração que o ambiente tropical e os indígenas americanos podiam oferecer. Ainda em Paris, foi um dos fundadores, juntamente com Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales de Torrem Homem, da revista *Niterói*. Mais tarde, colaborou na revista *Minerva Brasiliense* e na revista *Guanabara* (1849), que o imperador subvencionava.

Nas belas-artes – que, em seu tempo, deixavam de significar as artes *úteis* e começavam a adquirir o sentido moderno –, produziu pinturas históricas e atuou como arquiteto. Pelos seus trabalhos no campo da arquitetura e estética pôde estabelecer uma relação direta com a Coroa. Porto Alegre assimilou as sugestões de Ferdinand Denis quanto à conveniência de encontrar na natureza e nos indígenas a inspiração romântica para a idéia de nacionalidade brasileira. Não deixou, porém, de permear sua representação de nação francesa guiassem os brasileiros no esforço de substituir a *barbárie* pela *civilização*. Faleceu em 1879.

Joaquim Norberto de Sousa Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1820. Filho de um comerciante abastado, Norberto de Sousa, fez os seus estudos de maneira

pouco sistemática, enquanto exercia a função de caixeiro. Ingressou aos vinte e um anos na burocracia, onde fez uma longa carreira. Esforçado e apaixonado pela literatura, Norberto, insistiu em ser poeta por mais de vinte anos, escreveu vários romances, novelas, peças de teatro, ingressou no IHGB em 1841, chegando à presidência da casa (1886-1891), redigiu e colaborou em diversos jornais e revistas, e editou vários poetas com abundância de notas e elementos biográficos, criando um certo tipo de edição erudita no Brasil. Convicções nacionalistas via de regra nortearam seus trabalhos, e constituíram um princípio estrutural da sua contribuição crítica, das mais importantes no Romantismo. Norberto de Sousa faleceu na cidade de Niterói em 1891.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em Itaboraí, província do Rio de Janeiro, em 1820. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1844, publicou no mesmo ano *A Moreninha* que lhe deu grande fama e constituiu ao seu modo uma pequena revolução literária. Sua carreira intelectual de jornalista foi ativa, se tornou poeta, autor teatral, romancista, divulgador, sendo considerado em vida uma das maiores figuras da literatura contemporânea. Na imprensa, participou, ao lado de outros integrantes da primeira geração romântica, inclusive da revista *Guanabara*. Macedo foi professor de história e geografia do Brasil no Colégio Pedro II, membro ativo do IHGB; militou no Partido Liberal como jornalista e político, tendo sido deputado provincial por várias vezes e deputado geral de 1864 a 1868 e de 1878 a 1881. Sua lista de romances foi extensa, e ainda escreveu livros didáticos das matérias que lecionava. Faleceu em 1882, na cidade do Rio de Janeiro.

Santiago Nunes Ribeiro, órfão que teria sido trazido para o Brasil por um tio sacerdote, cresceu e se formou na cidade de Paraíba do Sul, Província do Rio de Janeiro, ganhando a vida como empregado do setor comerciário. Tempos mais tarde foi para a Corte, onde se impôs escrevendo e ensinando, inclusive no Colégio Pedro II, do qual foi professor de Retórica. A sua vida intelectual gravitou em torno da revista *Minerva Brasiliense*, onde foi colaborador e mais tarde redator. Seu ensaio bastante sintomático, “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, publicado na revista em 1843, foi uma corajosa defesa da independência e particularidade da literatura brasileira. Sua tese central foi a de que o Brasil tinha uma literatura própria e nacional, muito embora a língua, em

que se expressavam os seus autores fosse a mesma da antiga metrópole. De saúde frágil, morreu em Rio Preto, Província de Minas, no ano de 1847.³⁶

Nessa breve incursão pela trajetória dos principais colaboradores da revista é possível perceber a presença de elementos comuns: primeiro, o exercício de cargos políticos e, em segundo, a participação desses em vários jornais e publicações similares, bem como em associações e agremiações literárias e culturais. Neste período, inúmeras associações e sociedades foram fundadas com a finalidade especial de servirem como mola propulsora para o desenvolvimento das letras, ciências e artes, como a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

Os redatores desse periódico foram literatos, advogados, médicos, e jornalistas que não realizaram um jornalismo noticioso-informativo como conhecemos hoje, e sim redigiram verdadeiros ensaios que versavam sobre os assuntos mais diversos: desde economia política, passando por astronomia, literatura, ciências, teatro e traduções de textos clássicos. Nesses ensaios, que por vezes ocupavam até dois números da publicação, foram discutidos assuntos compreendidos como fundamentais para a formação nação, entre os quais vale destacar a afirmação do caráter nacional através da literatura, a instrução pública, a ciência enquanto instrumento de civilização e progresso, sobretudo, a história como o conhecimento que permitia certo grau de previsibilidade sobre o futuro e, igualmente uma volta em direção ao passado.

Esse corpo de letrados, Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Manuel de Macedo e Santiago Nunes Ribeiro, se valeu da revista *Minerva Brasiliense* como palco privilegiado para esses debates sobre o Brasil. Compromissados com uma missão esclarecedora, ampliavam seu horizonte de expectativas quanto a um futuro promissor, buscando promover o avanço da civilização no país. Assim, através da divulgação de suas páginas de descobertas, e da redação de artigos e ensaios, tais letrados desejaram não apenas informar seus leitores, mas também formar aqueles leitores que tivessem capacidades, habilidades, e disposição de colaborar para o país rumo ao progresso.

³⁶ Sobre as biografias ver CANDIDO, Antonio, *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, Ed. Itatiaia, Vols 1 e 2, 2000. e VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio De Janeiro: Objetiva, 2002.

Passado os quase vinte anos de lutas políticas, da emancipação política à Maioridade, levantou-se uma questão referente à independência literária. Tínhamos ou não tínhamos uma literatura nacional? O peso dessa questão recaiu sobre a nacionalidade de nossas letras. E a pergunta foi levantada pela primeira vez nas páginas da *Minerva Brasiliense*, ao menos em seu aspecto polêmico. Esse grupo de letrados da *Minerva Brasiliense* não mediu esforços em resolver tal questão.

No capítulo que se segue, caminharemos juntos com esses letrados e analisaremos quais os caminhos defendidos por eles na revista *Minerva Brasiliense*, fundamental para a constituição da nação no Império do Brasil. Portanto, nos valeremos somente dos textos referentes à literatura – crítica literária –, devido ao enorme leque de assuntos que a revista comportou. A relação entre literatura e romantismo também será desenvolvida no decorrer do próximo capítulo.